
BOÉCIO. **A consolação da Filosofia**. Trad. William Li. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (Coleção Clássicos). 156p.

Anicius Manlius Torquatus Severinus Boetius ou, mais simplesmente, Boécio (475-525), é, sem dúvida, um pensador ímpar. Sua obra é uma espécie de ponte entre a Filosofia antiga e o pensamento medieval, constituindo-se num marco da filosofia ocidental e referência obrigatória da escolástica cristã. Daí ser chamado “o último romano e o primeiro escolástico”.

Embora executado, a Igreja não o reconheceu como mártir. Há até dúvidas sobre se teria ou não sido cristão. Por ter sido morto dentro de seus limites, a diocese de Pavia viu-se na obrigação de declará-lo “beato”. Mas, se lhe faltaram as honras da Igreja, não lhe faltaram os tributos da Filosofia. Sua figura está mais para o templo de estilo ático que para os templos da Igreja medieval. Literatos evocaram o “beato”. Dante, por exemplo, deu-lhe um lugar no “cieldauro” do Paraíso (Cf. Dante Alighieri, **A Divina Comédia**, Paraíso, X, 121-129).

Inteligência privilegiada, pensador genial, seu conhecimento transita dos trabalhos sobre Aritmética, Astronomia e Geometria para os textos que versam sobre a Música. Enquanto isso, ganha verticalidade na reflexão teológica e filosófica. Mestre da Lógica, representa a retomada do **órganon** aristotélico, especialmente através do tratado das **Categorias**, dos **Primeiros** e **Segundos Analíticos** e dos **Argumentos Sofísticos**. A essa vasta produção intelectual podemos acrescentar os comentários à **Topica**, de Cícero, bem como os comentários que escreveu sobre a **Isagoge**, de Porfírio, quer com base na tradução latina de Mário Vitorino, quer fundamentado na sua própria versão. Herdeiro da filosofia dos maiores pensadores da Patrística, vê, numa fase de sua vida, a invejável posição intelectual que ocupava associada a uma grande consagração política. O reinado de Teodorico, o rei ostrogodo - que reunia as características de imperador romano - concedeu ao filósofo um respeito político e, evidentemente, as mordomias decorrentes dessa posição. Entretanto, pelos mistérios da instabilidade da corte, qual Jó bíblico, perde todos os seus bens, a liberdade e, nessa situação, vai encontrar na Filosofia uma espécie de caminho para elevação divina. Daí a primeira lição do texto: A Filosofia nasce da **crise**, dos momentos instáveis da história, das interrogações profundas sobre o presente e o futuro. Reflexão filosófica meramente inventariante é a repetição de conceitos sem que haja a necessária sensibilidade para a avaliação da sua adequação ou relevância.

Numa época em que, basicamente o que se conhecia de Platão não ultrapassava o **Fédon** e o **Timeu**, este último, na famosa tradução glosada de Calcídio, proporcionou à sua época e aos pósteros a oportunidade de se conhecer, ao menos em parte, o **corpus** de Aristóteles. É verdade que, infelizmente, muitas de suas obras se perderam, contudo, seus tratados sobre a Música e sobre a Aritmética permaneceram, ao lado das obras teológicas de grande valor, como o **De Trinitate**, o **De Fide Catholica**, o **Contra Eutychen et Nestorium**, etc.

A obra em apreço (no original, **De consolatione philosophiae**, PL, t. LXIII-LXIV), a última que o autor escreveu, retrata aquela situação de “crise”. O momento era de extrema desgraça, visto encontrar-se desterrado, não mais gozando das benesses do rei bárbaro. Contudo, momento fértil para uma reflexão filosófica de profundidade. Escrita num estilo poético, com denso fundo filosófico, evidentemente, ali encontramos profundas reflexões que merecem nossa meditação ainda hoje, quer no campo metafísico, quer no campo da Ética.

O texto é composto de 5 livros, nos quais, a despeito de sua dramática situação pessoal, conserva a sensibilidade poética e a argúcia da razão, apresentando complicados argumentos filosóficos numa linguagem literária bem ao gosto da época, ou seja, revestida da roupagem retórica. Afinal, a arte da persuasão não caminha tão-somente pela aridez da construção racional, mas serve-se da linguagem bem-construída e atraente.

No primeiro livro, há a descrição de seu sofrimento e a consolação que lhe advém da Filosofia, através da alegoria de uma senhora de venerando aspecto (*mulier reverendi*). A pele luzidia e o vigor inusitado, apesar da avançada idade, evidenciavam o caráter eterno da Filosofia. A variabilidade de sua estatura (*statura discretionis ambiguae*), as vestes artisticamente confeccionadas e tecidas pelas próprias mãos e de material imperecível (*materia perfectae*), tudo isso se constitui num universo simbólico a indicar que a reflexão humana, em face das situações adversas da vida, enfrenta as mudanças inevitáveis, não como mera sujeição, mas para dar sentido a elas. Mesmo tendo sido aquelas roupas rasgadas por mãos violentas, como descreve o texto, e tomados os fragmentos que puderam ser retidos, destacam-se os livros da mão direita e o cetro da esquerda (*Et dextera quidem eius libellos, sceptrum vero sinistra gestabat*). As letras gregas P e Q (representando a filosofia prática e a especulativa, respectivamente) eram separadas por uma série de degraus. O livro, dado seu estilo alegórico, sugere um trabalho interpretativo que, nesta simples resenha, é impossível elaborar.

O segundo livro tem como tema principal a enigmática evocação da Fortuna. No livro seguinte, a figura protetora aparece a Boécio com a grande promessa de salvação, levando-o ao encontro de Deus, o Sumo Bem. É aí que aparece a discussão sobre o Mal, tema que não poderia ser evitado, levando-se em consideração as muitas indagações pessoais que povoavam sua mente. Nesse ponto, o texto suscita inúmeras discussões que, historicamente, vão de Agostinho a Hegel, sem que conclusões definitivas tivessem sido alcançadas.

O quarto livro estende a discussão sobre o tema, especialmente no que concerne às inquietantes perguntas que surgem em torno desta interrogação central: por que as faltas não são punidas e as virtudes não são recompensadas? É aí que aparece a idéia de Providência.

O quinto livro centraliza-se na velha e discutida questão do livre-arbítrio, incursionando sobre questões não menos candentes, tais como o conhecimento humano, a Providência divina, a natureza da divindade, etc. Novamente temos que nos deter em simples referências, visto ser a questão do livre-arbítrio objeto de exaustivo discurso do hiponense, dos pensadores renascentistas, dos reformadores e dos pensadores modernos e contemporâneos.

O resenhista, por limitações pessoais, não se julga em condição de opinar sobre a qualidade da tradução, elaborada por William Li, diretamente do latim e com a revisão de Gilson Cesar Cardoso de Souza. O que se percebe é que o tradutor procurou manter o estilo do texto, não se preocupando com uma tradução mais literal. O prefácio de Marc Fumaroli, traduzido para a nossa língua por Monica Stahel, e que aparece na edição francesa (Éditions Rivage), deve ser lembrado, especialmente pela clareza com que foi elaborado. As notas são escassas, aparecendo apenas para indicar as fontes das citações, seguindo a edição francesa. Na falta de um texto bilíngüe, com edição crítica, resta-nos parabenizar a editora que, com programa editorial sério, mais uma vez coloca à disposição do leitor brasileiro um texto clássico do pensamento ocidental.

Paulo de Góes